

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atendendo ao disposto nos Ofícios CVM/SEP/GEA-5/ Nº 017 e 083/2013, a DTCOM está reapresentando as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, depois de efetuada a reclassificação dos Recursos para Aumento de Capital, conforme determinado por aquela autarquia.

* * * * *

Senhores Acionistas,

A Administração da Dtcom Direct to Company S/A tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom Direct to Company S/A (“Dtcom” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3.

A missão da Companhia é contribuir com o desenvolvimento das pessoas e das organizações por meio da educação e comunicação à distância dentro do ambiente corporativo.

Neste sentido distingue duas verticais de Negócios:

- Comunicação (DtcomSat) - solução completa de implantação e operação para comunicações corporativas via satélite, com serviços ágeis e customizados para a gestão de canais, produção de conteúdos e integração de redes;
- EaD (DtcomWeb) - solução completa de Educação Corporativa a Distância online, que integra tecnologia, conteúdos, consultoria e gestão de capacitação para o efetivo desenvolvimento das competências organizacionais.

Do ponto de vista **DtcomSat** a Companhia dispõe de completa infraestrutura tecnologia, com abrangência em todo território nacional, oferecendo soluções variadas para atender tal segmento de mercado.

TV Corporativa

Canais de Comunicação Corporativos

Transmissão e Treinamentos ao Vivo

Gestão de Canais

Sistemas de Interação

Instalação e Gestão de Pontos Receptivos

Digital Signage

- Mídia em pontos de circulação
- Atualização de conteúdo em tempo real
- Conteúdos personalizados
- Conteúdos exclusivos da sua empresa

Integração Redes

- Interligação de sistemas de transmissão de vídeo
- Interligação de vídeo-conferências via satélite
- Integração web streaming, redes IP e satélites

Soluções Satelitais

- Soluções de teleporto e co-location
- Links de Contribuição de Sinal
- Locação de Canais de Satélite
- Soluções de Turnaround
- Gerenciamento de acesso condicional
- Gerenciamento de pontos e redes de recepção

O mercado de comunicação corporativa tem presenciado um momento de forte expansão, com taxas anuais de crescimento em torno de 15%.

No que tange a vertical **DtomWeb** a Dtcom possui expertise de 12 anos desenvolvendo conteúdos de capacitação para o mercado corporativo. Ao longo deste período elaborou metodologia própria de produção de conteúdos voltados ao profissional adulto, com metodologias como andragogia e interatividade. Adotou o formato videoaula + *e-learning* por entender que tal combinação tem maior eficiência no aprendizado do público alvo, neste sentido a Companhia oferece soluções como:

Plataforma

- Integração ERP
- Customizações
- Relatórios Analíticos
- Business Intelligence - ROI
- Mobile / Tablet
- Gestão Cursos Presenciais
- Fóruns

Conteúdo

- Catálogo
- Fábrica de Conteúdo
- Videoaula
- e-learning
- Games
- Conteúdo Complementar

Business Insights

Consultoria

- Universidades Corporativas
- Gestão de Competências
- Trilhas de Conhecimento
- Plano de Comunicação
- Avaliação Contínua do Programa

Gestão

- Help Desk
- Chat online
- Atendimento ao Gestor
- Comunicação Continuada
- Tutoria
- Carga de Dados
- Gestão de Inscrições
- Gestão de Certificados
- Criação de Turmas

Assim como o mercado de comunicação, os cursos de EaD corporativo vêm ganhando força e atenção das empresas de forma a suprir a necessidade de capacitação de seus profissionais tanto em habilidades genéricas como específicas à necessidade do negócio. Em 2010 o mercado de EaD movimentou R\$ 2,2 bilhões e, de acordo com a Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), a expectativa é que o ritmo de crescimento deste segmento cresça 8% ao ano.

Neste sentido a Companhia realizou uma grande análise deste mercado, identificando as expectativas dos consumidores, como também o panorama competitivo, o que mostrou uma grande carência do mercado por soluções completas de capacitação a distância, bem como um leque de oportunidades a serem exploradas. E é neste cenário que a Companhia está estruturando seus produtos e posicionando-se estrategicamente no mercado.

Do ponto de vista interno o cenário é bastante promissor, com uma gestão voltada ao resultado, a Companhia conseguiu, ao longo dos últimos 04 (quatro) anos, definir uma tendência de melhoria operacional, fruto da eficiência na reestruturação organizacional e manutenção do seu nível de receita.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

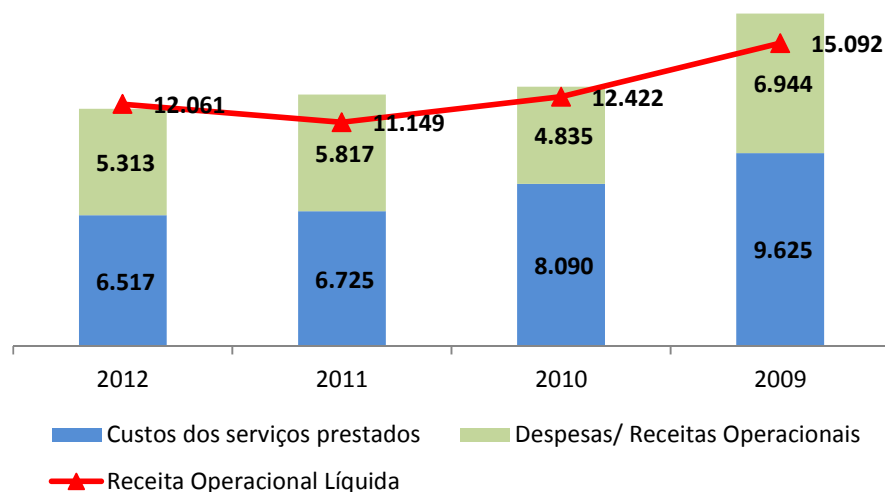


Gráfico acima demonstra claramente a melhoria do desempenho comentado acima, enquanto o custo do serviço prestado reduziu 3% no comparativo de 2011 para 2012, se ampliarmos tal comparativo perceberá uma redução de 19% e 32% com relação a 2010 e 2009, respectivamente.

Com relação às despesas o ano de 2012 apurou uma redução de 9% em relação a 2011 e 23% no comparativo com 2009.

Tal comportamento é refletido também na apuração do Ebtida da Companhia.

	2012	2011	2010	2009
Prejuízo líquido do exercício	231	(1.393)	(503)	(1.477)
(+) Depreciação/amortização	1.757	1.709	1.213	1.900
(+) Resultado financeiro líquido	1.582	1.408	1.091	1.484
LAJIDA (EBITDA)*	3.570	1.724	1.801	1.907

No ano de 2012 a empresa dobrou o montante do resultado operacional em relação a 2011, passando de R\$ 1.724 para R\$ 3.570, crescimento de 239%.

No ano em análise teve como diferencial também a apuração de lucro operacional, o que demonstra a consolidação do negócio e abre portas para novas oportunidades.

É com este otimismo que a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/2001, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – C.P.C., bem como as alterações oferecidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

- Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

i. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a Legislação Societária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

("International Financial Reporting Standards - IFRS"), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante os exercícios de 2009 e de 2010 foram emitidos 43 novos pronunciamentos técnicos (CPCs), 15 interpretações técnicas (ICPCs) e 3 orientações técnicas (OCPC's) pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs, ICPCs e OCPC's que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando se suas operações são:

CPC	Título
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40
ICPC	Título
3	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
4	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
5	Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
8	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo
9	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento
12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares
OCPC	Título
2	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008
3	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

A Administração da Companhia aplicou o CPC 26, CPC 27 (vide nota 2) e CPC 32 na preparação das Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2012 e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 dezembro 2011. Em função de não haver fato gerador das operações relacionadas aos demais referidos CPCs, não estão sendo comentadas.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 1.224 (R\$ 901 em 31 de Dezembro de 2011).

Clientes	31.12.2012	31.12.2011
Públicos	1.416	1.339
Privados	838	587
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.030)	(1.025)
	1.224	901

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 20 dias.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é composto, substancialmente, por valores em atraso de 180 dias.

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2012	31.12.2011
A Vencer	1.220	900
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	3	1
31 a 60 dias	1	
61 a 90 dias		
Mais de 90 dias	1.030	1.025
	2.254	1.926

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobertura de eventuais perdas. Do montante total constituído, R\$ 875 estão sendo objeto de discussão judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – ATIVO E PASSIVO

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	189	349
INSS a compensar	104	104
Outros	207	190
	500	643
Passivo - a recolher:		
Impostos federais, estaduais e municipais	5.771	5.159
(-) Parcela classificada no circulante (incluindo parcelamentos)	(3.533)	(3.199)
Parcela classificada no não circulante (incluindo parcelamentos)	2.238	1.960

Os valores de imposto de renda e contribuição a compensar referem-se às retenções na fonte ocorridas durante os exercícios de 2012, 2011 e de 2010.

Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros e 100% dos encargos legais, nos termos que lhe garante o artigo 1º, da Lei 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09.

Na data de 28.07.2011, a Companhia concluiu a Consolidação do Parcelamento de Saldo Remanescente do Programa Refis da Lei nº 11.941/2009, efetuando o parcelamento em 19 e 40 parcelas.

No ano de 2009 foi efetuado o Parcelamento Ordinário em 60 parcelas, contemplando os débitos vencidos de PIS e COFINS referente aos meses de março e abril de 2009.

Em maio de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, efetuando parcelamento em 60 meses, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.647/2010.

Em 2011 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Paraná, efetuando parcelamentos em 15 e 24 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2012 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Paraná, efetuando parcelamentos em 24 e 60 meses.

7. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2012	31.12.2011
Terrenos		154	175	601	930	930
Edificações	2% e 10%	773	189	186	1.148	1.135
Móveis e utensílios	10%	575	164	185	924	917
Equipamentos de som e imagem	10%	3.615	3.756	1.578	8.949	8.803
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	4.337	2.489	1.859	8.685	8.257
Equipamentos de informática	10%	1.016	1.096	127	2.239	2.216
Veículos	10%	34		1	35	35
Outros itens		248	29	23	300	300
					23.210	22.593
(-) Depreciação acumulada					(15.263)	(14.076)
					7.947	8.517

a. Movimentação do Imobilizado

	31.12.2011 Custo	Adições	Baixas	31.12.2012 Custo
Terrenos	154			154
Edificações	760	13		773
Móveis e utensílios	566	12	3	575
Equipamentos de som e imagem	3.470	147	2	3.615
Equipamentos de recepção e transmissão	3.901	450	14	4.337
Equipamentos de informática	993	23		1.016
Veículos	34			34
Outros itens	248			248
	31.12.2011 Depreciação	Adições	Baixas	31.12.2012
Edificações	(316)	(16)		(332)
Móveis e utensílios	(359)	(37)	1	(395)
Equipamentos de som e imagem	(2.824)	(96)		(2.920)
Equipamentos de recepção e transmissão	(1.934)	(283)	7	(2.210)
Equipamentos de informática	(857)	(28)		(885)
Veículos	(4)	(4)		(8)
Outros itens	(199)	(41)		(240)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação da Reavaliação

Custo Reavaliação	31.12.2011 Custo	Adições	Baixas	31.12.2012 Custo
Terrenos	175			175
Edificações	189			189
Móveis e utensílios	164			164
Equipamentos de som e imagem	3.756			3.756
Equipamentos de recepção e transmissão	2.489			2.489
Equipamentos de informática	1.096			1.096
Outros itens	29			29

Depreciação Reavaliação	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Edificações	(83)	(6)		(89)
Móveis e utensílios	(130)	(16)		(146)
Equipamentos de som e imagem	(3.615)	(107)		(3.722)
Equipamentos de recepção e transmissão	(2.309)	(126)		(2.435)
Equipamentos de informática	(1.036)	(52)		(1.088)
Outros itens	(26)	(1)		(27)

c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2011 Custo	Adições	Baixas	31.12.2012 Custo
Terrenos	601			601
Edificações	186			186
Móveis e utensílios	186		1	185
Equipamentos de som e imagem	1.578			1.578
Equipamentos de recepção e transmissão	1.867		8	1.859
Equipamentos de informática	127			127
Veículos	1			1
Outros itens	23			23

Depreciação Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Edificações	(6)	(6)		(12)
Móveis e utensílios	(18)	(19)		(37)
Equipamentos de som e imagem	(158)	(158)		(316)
Equipamentos de recepção e transmissão	(187)	(186)	1	(372)
Equipamentos de informática	(13)	(12)		(25)
Veículos				
Outros itens	(2)	(2)		(4)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2012	31.12.2011
Edificações	14	14
Móveis e utensílios	213	197
Equipamentos de som e imagem	5.309	5.309
Equipamentos de recepção e transmissão	2.607	2.607
Equipamentos de informática	1.306	1.304
Outros itens	234	65

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado, suportada por laudo de empresa especializada legalmente habilitada, conforme 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2003. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei Nº 6.404/76.

No exercício de 2007 a Companhia reavaliou seus ativos imobilizado e intangível. A reavaliação está suportada por trabalho realizado por perito legalmente habilitado, e consequente laudo de avaliação. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, incluindo a provisão dos efeitos fiscais equivalentes, bem como aprovado na 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007. Ato contínuo, em observação ao item 44 da Deliberação CVM 183/95, a Companhia visou resguardar o valor recuperável dos seus ativos, alinhando-se, inclusive ao que dispõe a Lei nº 11.638/07, com relação ao *impairment*, e ao Pronunciamento Técnico CPC 01, a Administração solicitou revisão dos procedimentos de avaliação, obtendo uma redução em relação aos montantes apresentados anteriormente. Essa foi aprovada na 44ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2008, para ser posteriormente retificada em nova AGE.

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei 11.638/07 e Instrução CVM nº 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2012	31.12.2011
Software	10%	806	270	284	1.360	1.341
Programa ensino site	20%	250			250	250
Acervo Técnico	10%	2.277	111	836	3.224	3.224
Gastos com concessões	5%	777			777	777
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	624			624	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.276			1.276	1.276
Outros itens		48			48	46
Intangível em andamento		1.556			1.556	1.073
					9.115	8.611
(-) Amortização acumulada					(3.896)	(3.335)
					5.219	5.276

a. Movimentação do Intangível

	31.12.2011 Custo	Adições	Baixas	31.12.2012 Custo
Software	787	19		806
Programa ensino site	250			250
Acervo Técnico	2.277			2.277
Gastos com concessões	777			777
Gastos com desenvolvimento de projetos	624			624
Gastos administrativos e divulgação	1.276			1.276
Outros itens	46	2		48
Intangível em andamento	1.073	483		1.556
	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Software	(607)	(23)		(630)
Acervo Técnico	(905)	(228)		(1.133)
Gastos com concessões	(427)	(39)		(466)
Gastos com desenvolvimento de projetos	(297)	(62)		(359)
Gastos administrativos e divulgação	(703)	(64)		(767)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação da Reavaliação

Custo Reavaliação	31.12.2011 Custo	Adições	Baixas	31.12.2012 Custo
Software	270			270
Acervo Técnico	111			111

Amortização da Reavaliação	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Software	(217)	(23)		(240)
Acervo Técnico	(66)	(11)		(77)

c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2011 Custo	Adições	Baixas	31.12.2012 Custo
Software	284			284
Acervo Técnico	836			836

Amortização Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Software	(29)	(28)		(57)
Acervo Técnico	(84)	(83)		(167)

d. Intangível totalmente amortizado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2012	31.12.2011
Software	626	579
Gastos administrativos e divulgação	4	4

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 7.

Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Os valores do ativo intangível acervo técnico referem-se aos cursos de capacitação produzidos pela Companhia a serem disponibilizados aos seus clientes através de seus canais corporativos. Nas demonstrações contábeis foram reconhecidos somente os cursos produzidos a partir do exercício de 2006.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores registrados no ativo intangível referem-se principalmente aos gastos com concessão para exploração do serviço de transmissão de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite (DTH) no território nacional, por Banda KU, através de licitação específica, efetivada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme ato nº. 488 de 10 de julho de 1998, conforme licença para funcionamento de estação nº. 607654830, vigente até 13 de julho de 2013. A Companhia já está em processo de solicitação de nova licença junto a ANATEL para continuidade dos seus serviços.

Os gastos pré-operacionais administrativos e com divulgação, referem-se a gastos pré-operacionais de investimentos de imagem e remodelagem de produtos, incorridos até 30 de novembro de 2000.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2012		31.12.2011	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>						
Banco A.J. Renner	21,69	27/02/2015	347	405	309	618
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>						
Caixa Econômica Federal			1			
Banco Sudameris Brasil S.A.	72,60				96	
Banco Bradesco S.A.	79,59	19/02/2013			4	
Banco ABC Brasil S.A.	60,00	20/01/2013	98		99	
Banco HSBC S/A			2			
Banco Bradesco S/A - Flex	79,59		194		7	
<u>Financiamentos</u>						
Leasing - Real Leasing S.A.	18,58	02/07/2012			19	
Leasing - BIC Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 9,60	21/05/2013	189		406	174
			831	405	940	792

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2012, a amortização do principal de longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

Instituição	Vencimentos	Consolidado
<u>Empréstimos</u>		
Banco A.J. Renner	2013	347
	2014	347
	2015	58
		<u>752</u>

10. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Conforme Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na data de 26.07.2011, os acionistas Ouro Verde Investimentos e Participações S/A, Palmital Serviços Técnicos e Participações Ltda, RIC Empreendimentos e Consultoria S/A, Augustus Administração S/A, F Mota Administração e Empreendimentos S/A e Sr. Mário José Gonzaga Petrelli celebraram com a Companhia, Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 1.171.667,00 (Um milhão, cento e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), sendo integralizado em 5 (cinco) parcelas. O futuro aumento de capital será oportunamente deliberado, em consonância com a legislação em vigor.

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das Ações.

Por determinação da Comissão de Valores Mobiliários o saldo de 31 de dezembro de 2011 sofreu modificação devido à reclassificação nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Foi reclassificado para a conta "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" no Passivo Não-Circulante o montante de R\$ 1.172 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Foram registrados créditos tributários sobre prejuízos fiscais até o limite de R\$ 95 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2011), que corresponde ao total de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo não circulante.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é assim resumido:

	31.12.2012		Total	31.12.2011		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		49.258			49.573	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	49.258			49.573		
Base de cálculo	49.258	49.258		49.573	49.573	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	12.315	4.433	16.748	12.393	4.462	16.855
(-) Crédito tributário registrado	(70)	(25)	(95)	(156)	(56)	(212)
Crédito tributário potencial não registrado	12.245	4.408	16.653	12.237	4.406	16.643

A apuração de lucro no exercício de 2012 demonstra uma tendência de rentabilidade, a qual deverá ser monitorada para possível reconhecimento do crédito, quando atendidas as condições pré-estabelecidas na referida instrução.

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 54.110 mil (idem em 31 de dezembro de 2011), e está representado por 52.884.310 (idem em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias e 3.247.500 ações preferenciais, sem valor nominal, nominativas não endossáveis.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c. Destinação dos lucros

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício (se aplicável) conforme determinado no artigo 191 da Lei 6.404/76, 5% serão aplicados na reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Serão garantidos aos acionistas, após feitas as devidas deduções e destinações, um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25%.

Não houve distribuição de dividendos em razão da utilização do Lucro Líquido do exercício de 2012 na amortização do prejuízo acumulado da Companhia, conforme previsto no parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76 - Lei das S.A.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários foi reclassificado nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o montante de R\$ 1.172 milhões do Patrimônio Líquido para a conta "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" no Passivo Não-Circulante.

14. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação seguem abaixo as informações sobre o lucro (prejuízo) por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O lucro por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2012	31.12.2011
Lucro (prejuízo) líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico e diluído por ação	5	(1.312)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	52.884.310	52.884.310
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	0,0001	(0,0248)
Lucro (prejuízo) líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação		(81)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	3.247.500	3.247.500
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$		(0,0248)

Não houve distribuição de dividendos em razão da utilização do Lucro Líquido do ano de 2012 na amortização do prejuízo acumulado da Companhia, conforme previsto no parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76 - Lei das S.A.

15. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	4.960	6.288
. Prestação de serviços	8.759	6.445
Total das Receitas Operacionais	13.719	12.733
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Icms	(496)	(629)
. Pis	(177)	(147)
. Cofins	(814)	(679)
. Iss	(171)	(129)
Total das deduções	(1.658)	(1.584)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	12.061	11.149

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	1.412	1.591
. Reversão para contingências trabalhistas		(322)
. Energia elétrica	110	92
. Locação de satélite	1.010	1.354
. Instalação e manutenção de rede privada	494	441
. Produção de conteúdo/gravação	471	283
. Serviços de terceiros com transmissão	852	1.059
. Serviços de terceiros	510	525
. Depreciações e amortizações	1.563	1.501
. Outros custos	95	201
	<hr/>	<hr/>
Total dos custos dos serviços prestados	6.517	6.725

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	776	667
. Honorários da administração	442	533
. Serviços de assessoria e consultoria	160	405
. Serviços de terceiros	493	488
. Despesas gerais	225	323
. Depreciações e amortizações	190	205
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>2.286</u>	<u>2.621</u>
<u>Despesas comerciais</u>		
. Pessoal	962	853
. Reversão (Provisão) para contingências trabalhistas	(37)	16
. Publicidade e propaganda	158	125
. Serviços de assessoria e consultoria	476	775
. Serviços de terceiros	220	320
. Despesas gerais	7	18
. Depreciações e amortizações	4	3
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	16
. Despesas tributárias	64	81
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>1.859</u>	<u>2.207</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Reversão de contingências	(420)	(422)
. Baixa de imobilizado	6	1
. Outras despesas operacionais		2
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>(414)</u>	<u>(419)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. RESULTADOS FINANCEIROS

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	356	325
Juros pagos ou incorridos	859	776
Variações cambiais passivas		5
Multa dedutível	305	333
Outros	77	88
	<u>1.597</u>	<u>1.527</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	11	15
Variações cambiais ativas		1
Outros	4	103
	<u>15</u>	<u>119</u>
Resultado Financeiro	<u>1.582</u>	<u>1.408</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	237	237
Contas a receber (1)	1.224	1.224
Impostos a recuperar	500	500
Fornecedores	(496)	(496)
Empréstimos e financiamentos (2)	(1.236)	(1.236)
Impostos a recolher	(5.771)	(5.771)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 5.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 9.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e a recolher

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Obrigações por conversão de debêntures

Estão apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades.

i. Risco de Crédito

Apesar da representatividade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de clientes, a Companhia apresentou uma redução de 8% se comparado com o exercício de 2011. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações. O aumento dos atrasos e dos níveis de inadimplência no pagamento dos clientes da Companhia poderá afetar o seu fluxo de caixa e os seus negócios.

ii. Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos há riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2012	31.12.2011
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	22.380	15.565
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros	270	150

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia adota a prática de registrar provisões sobre contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, mediante análise dos consultores jurídicos quanto ao risco de êxito das ações. Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro 2011 estão identificados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2012	31.12.2011
Ações trabalhistas		37
Causas Cíveis	123	123
	123	160
Total da provisão para contingências		(37)
	123	123

22. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL

	31.12.2012	31.12.2011
Lucro (Prejuízo) líquido do período	231	(1.393)
(+) Depreciação/amortização	1.757	1.709
(+) Resultado financeiro líquido	1.582	1.408
LAJIDA (EBITDA)*	3.570	1.724

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

* EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization

23. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2012 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 960 mil para o exercício de 2012.

Os membros da Diretoria estatutária da Companhia recebem honorários de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Os Diretores, além dos honorários mensais, podem receber anualmente um valor a título de gratificação, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir: Pró-

labore base: Pró-labore nominal, também definido como a remuneração fixa; Gratificação: dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas; e Benefícios: a Companhia oferece benefícios, tais como: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela empresa. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

* * *